

O “PATRIMÓNIO” ENQUANTO FERRAMENTA DE DESENVOLVIMENTO O CASO DE DOIS MUNICÍPIOS PORTUGUESES

Alice Duarte

Universidade do Porto, Faculdade de Letras - Portugal

Resumo

As concepções dominantes de desenvolvimento que marcaram o pós-II Guerra Mundial identificavam o desenvolvimento sobretudo com o crescimento económico. Tal modelo industrialista foi adoptado em Portugal a partir dos anos de 1960, ainda sob a Ditadura auto-denominada Estado Novo. No caso de Portugal, esse modelo de desenvolvimento economicista nunca chegou a traduzir-se no aumento espectacular de produtividade e crescimento alcançado em algumas sociedades avançadas, se bem que o país não tenha ficado imune a alguns dos seus “efeitos perversos” como o desordenamento do território provocado pela concentração urbano-industrial no litoral. Os anos 70, contudo, vão coincidir quer com a chegada da Democracia, quer com o culminar das primeiras críticas àquela concepção tradicional de desenvolvimento. O modelo alternativo procura incorporar as vertentes culturais e ambientais, lutando para compatibilizar necessidades de modernização e a preservação de singularidades culturais e/ou naturais. Traduzindo uma nova filosofia, passa a haver a preocupação de alicerçar o desenvolvimento no potencial endógeno das regiões, surgindo o “património”, nas suas diversas vertentes, como elemento integrante da qualidade de vida a alcançar pelas populações. A nova noção de desenvolvimento prende-se com a emergência de valores associados à qualidade de vida em geral, sendo que esta é assumida como intrinsecamente ligada aos “bens culturais”. Tendo em mente estas novas concepções de desenvolvimento, no presente texto apresento o balanço analítico das efectivas políticas e iniciativas patrimoniais promovidas e/ou valorizadas em dois municípios portugueses. Trata-se, por um lado, de elucidar o papel cada vez mais activo que as políticas culturais têm nos sistemas políticos modernos e, por outro lado, de conferir os tipos de bens culturais e naturais mais mobilizados para tais fins. Em termos metodológicos, a pesquisa concretiza-se através da análise comparativa dos “programas patrimoniais” accionados pelos municípios e acedidos através de informação por eles directamente fornecida e/ou disponibilizada nos respectivos sítios digitais.

Palavras-chave: Desenvolvimento. “Recursos culturais”. Municípios. Portugal.

EL “PATRIMONIO” COMO HERRAMIENTA DE DESARROLLO EL CASO DE DOS MUNICIPIOS PORTUGUESES

Resumen

Las concepciones dominantes que caracterizaron el desarrollo posterior a la *II Guerra Mundial* lo identificaban con el crecimiento económico. Este modelo industrializado fue adoptado en Portugal a partir de los años 60, todavía bajo la dictadura auto-denominada *Estado Nuevo*. En el caso de Portugal, este modelo de desarrollo economicista nunca llegó a traducirse en un aumento espectacular de la productividad ni en un crecimiento como el alcanzado en algunas sociedades avanzadas; no obstante, el país no fue inmune a algunos de sus “efectos perversos”, como lo fue la desorganización del territorio, provocada por la concentración urbano-industrial en el litoral. En los años 70, en coincidencia con la llegada de la Democracia, culminan las primeras críticas a aquella concepción tradicional de desarrollo. El modelo alternativo procura incorporar vertientes culturales y ambientales en su lucha por compatibilizar las necesidades de modernización y preservación de las singularidades correspondientes. Traduciendo esta nueva filosofía, se preocupa por cimentar el desenvolvimiento del potencial endógeno de las regiones, haciendo surgir el “patrimonio” en sus diversas vertientes como elemento esencial de la calidad de vida de las poblaciones. Esta nueva concepción de desarrollo se preocupa por los valores asociados a la calidad de vida en general, intrínsecamente ligada a los “bienes culturales”.

Teniendo *in mente* estas nuevas concepciones, se presenta en este texto el balance analítico de las políticas e iniciativas patrimoniales promovidas y/o valorizadas en dos Municipios portugueses. Por un lado, se trata de elucidar el papel cada vez más activo de las políticas culturales en los sistemas políticos actuales y por otro, se procura verificar los tipos de bienes culturales y naturales más movilizados a tal efecto. En términos metodológicos, la investigación cobra forma a través del análisis comparativo de los “programas patrimoniales” accionados por los Municipios, a los cuales se accede a través de la información brindada por ellos mismos y/o puesta a disposición de todos en los respectivos sitios digitales.

Palabras clave: Desarrollo. “Recursos culturales”. Municipios. Portugal.

“HERITAGE” AS A DEVELOPMENT TOOL THE CASE OF TWO PORTUGUESE CITY COUNCILS

Abstract

The dominant conceptions of development that marked the post-// *World War* period identified development with economic growth. Such an industrial model was adopted in Portugal from the 60s on, still under the dictatorship named *Estado Novo*. In the case of Portugal, this economical development model never reached the spectacular increase of productivity and growth achieved by more advanced societies, even though the country didn't stay immune to some of their “wicked effects” like the territory mess caused on behalf of the concentration of urbanization and industries on coastal areas. However, the 70s coincide both with the arrival of democracy and the emergency of the first criticisms to that traditional conception of development. The alternative model seeks to join cultural and environmental aspects, fighting to connect the needs of modernity with the preservation of cultural and/or natural singularities. In order to translate the new philosophy, there is now the preoccupation to lay the foundations of development on the endogenous potential of regions, emerging “heritage” in its several versions, like an essential element for the life quality of populations. This new concept of development is concerned with values, associating them to a life quality intrinsically connected with “cultural property”.

Having in mind the new conceptions of development, this article presents the analytical evaluation of effective policies and heritage events. On the one hand, its aim is to elucidate the active role that these cultural policies develop in the modern political systems and, on the other, to check the diverse cultural and environmental goods mobilized for such purposes. In methodological terms, this research makes a comparative analysis of the “heritage projects” operated by two city councils, using data provided directly by them or made available at their digital sites.

Key words: Development. “Cultural resources”. City councils. Portugal.

O “PATRIMÓNIO” ENQUANTO FERRAMENTA DE DESENVOLVIMENTO

O CASO DE DOIS MUNICÍPIOS PORTUGUESES

Alice Duarte

Universidade do Porto, Faculdade de Letras - Portugal

Introdução

As concepções dominantes de desenvolvimento que marcaram o pós-II Guerra Mundial identificavam o desenvolvimento sobretudo com o crescimento económico. Tal modelo industrialista foi adoptado em Portugal a partir dos anos de 1960, ainda sob a Ditadura auto-denominada Estado Novo. No caso de Portugal, esse modelo de desenvolvimento economicista nunca atingiu o aumento espectacular de produtividade e crescimento alcançado em algumas sociedades avançadas, se bem que o país não tenha ficado imune a alguns dos seus “efeitos perversos” como o desordenamento do território provocado pela concentração urbana e industrial no litoral. Tratava-se de um modelo em que os critérios e cálculos económicos se sobrepunham a quaisquer outros e era pressuposto um efeito geral modernizante desencadeado pela esfera das actividades industriais.

Os anos 70, contudo, vão coincidir, quer com a chegada da Democracia, quer com o culminar das primeiras críticas àquela concepção tradicional de desenvolvimento. O modelo alternativo procura incorporar as vertentes cultural e ambiental, lutando para compatibilizar necessidades de modernização e a preservação de singularidades culturais e/ou naturais. Traduzindo uma nova filosofia, há agora a preocupação de alicerçar o desenvolvimento no potencial endógeno das regiões, surgindo o “património” – nas suas diversas vertentes – como elemento essencial da qualidade de vida das populações. A nova noção de desenvolvimento está preocupada com os valores associados à qualidade de vida em geral, sendo que esta é assumida como intrinsecamente ligada aos “bens culturais”.

Importará esclarecer que durante a Ditadura do Estado Novo a preservação do património recebeu um enorme impulso, tanto em termos legislativos como através da criação da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, pela qual o Estado efectuou uma intervenção directa na recuperação de monumentos e edifícios históricos (Neto, 1996). Mas a valorização do património sob esse regime político servia sobretudo a sua ideologia nacionalista e triunfalista das glórias do passado, surgindo esses valores sobrepostos a todos os outros. A instituição da Democracia em 1974 e o período revolucionário que se lhe seguiu farão a sociedade portuguesa confrontar-se, quer com a superação da concepção do património como monumentos de grande valor arquitectónico e histórico, quer com a utilização memorial do património sobretudo em termos de construção de uma identidade nacional. O novo contexto político e ideológico apresenta-se favorável à emergência de uma noção mais alargada de património que o desvincula do anterior sentido restritivo conotado com as elites tradicionais e o faz tendencialmente aproximar da noção antropológica de cultura, abrangendo nomeadamente as manifestações da dita “cultura popular”. Em simultâneo, o mesmo contexto político e ideológico é também favorecedor da ideia da necessidade de reforçar a participação política das populações, surgindo os

seus recursos culturais e/ou naturais elevados a potenciais meios de revitalização das respectivas identidades locais.

Para lá do contexto singular português, a adopção de uma visão mais integrada de desenvolvimento, capaz de valorizar componentes não-produtivas e de dar destaque a interesses e especificidades locais, traduz-se na valorização da “cultura” como um dos ingredientes mais importantes para o processo de mudança e de realização do bem-estar das populações. O novo modelo de desenvolvimento apresenta-se como essencialmente cultural. O desenvolvimento passa a ser entendido como um processo complexo cuja finalidade deve ser a satisfação plena das necessidades sociais das populações, desde as mais básicas às de ordem simbólica. Os objectivos, os meios e as estratégias de desenvolvimento surgem como devendo estar subordinados aos modos de sentir, pensar e agir das comunidades. As suas aspirações e projectos passam a ser metas a concretizar, colocando-se especial ênfase na participação dos agentes e actores sociais como meio de capitalizar o reforço da respectiva identidade local/regional. De forma bastante abrangente, as práticas e representações culturais ganham visibilidade acrescida enquanto meios através dos quais as comunidades tentam reconfigurar a sua imagem e identidade.

Reproduzindo as mesmas concepções, a partir dos anos de 1980, em Portugal, a “cultura” passa a estar presente sob muitas formas no universo de actividades dos Municípios e suas planificações. Enquanto estratégias de *empowerment* das populações locais, tais actividades produzem dois tipos principais de efeitos. Contribuem para uma efectiva multiplicação e diversificação dos equipamentos culturais existentes, bem assim como para concretizar mecanismos de dinamização e participação de diferentes agentes sociais. Estes efeitos não são negligenciáveis em termos do reforço das identidades culturais locais. Ao mesmo tempo, contudo, a cultura contemporânea e suas manifestações têm necessariamente de ser reconhecidas como cada vez mais globalizadas, no sentido de crescentemente interconectadas com o sistema global de trocas e crescentemente participantes em redes globais de intercomunicação. Reconhecendo esta interpenetração entre apropriação local e fluxos globais (Inda & Rosaldo, 2002), as políticas e programas culturais dos Municípios tornam-se um interessante meio de análise das influências entre fluxos global e local no reforço das identidades locais. Ou, dito de outro modo, as actividades dos Municípios surgem como um bom meio para verificar de que modo uma nova identidade local é recriada pela mistura de influências locais e globais.

Tendo em mente a nova concepção de desenvolvimento referida e orientando a atenção para o modo como as instituições de poder local gerem os respectivos “recursos culturais” visando a revitalização das suas identidades locais, neste artigo apresento o balanço analítico das efectivas políticas e iniciativas patrimoniais promovidas e/ou valorizadas por dois Municípios portugueses. O objectivo é, por um lado, elucidar o papel cada vez mais activo que as políticas culturais têm nos sistemas políticos modernos e, por outro lado, conferir os tipos de bens culturais e ambientais mais mobilizados para tais fins. Em termos metodológicos, a pesquisa faz uma análise comparativa dos “programas patrimoniais” accionados pelos Municípios de Mértola e Óbidos, usando informação por eles directamente fornecida e/ou disponibilizada nos respectivos sítios digitais. A análise agora apresentada ilustra a fase inicial de um projecto de pesquisa individual que

pretendo venha a abranger diversos Municípios portugueses. Apenas já concretizado ao nível do trabalho exploratório sobre alguns Municípios, os elementos apresentados e discutidos correspondem às primeiras interpretações preliminares alcançadas.

Mértola e Óbidos: Duas Ilustrações Paradigmáticas

O “Projecto Mértola Vila Museu”, enquanto projecto de desenvolvimento integrado, e o culminar da sua realização com a própria auto-designação de Mértola como Vila Museu ilustram de forma exemplar o modo e o tempo como em Portugal emergiu e se propagou a ideia do património como recurso de desenvolvimento *bottom-up*. O Município de Mértola situa-se no interior sul de Portugal, tem uma área de quase 1300 Km² e uma população de cerca de 8500 habitantes, sendo classificado como espaço rural. A Vila de Mértola, nas margens do rio Guadiana, é o centro administrativo do Município com 1500 habitantes e está classificada como medianamente urbana. O Município no seu todo é um caso flagrante de despovoamento continuado e a Vila apresenta-se como uma típica pequena localidade, pobre em recursos económicos e de emprego. A situação era de completa falta de expectativas e de grande empobrecimento na década de 1970, aquando da chegada da Democracia. Em 1978, o então eleito presidente da Câmara surge como o dinamizador empolgado de um projecto estratégico que tinha como principal motor de desenvolvimento a valorização do património. Este surge entendido como capaz de atrair visitantes externos pela promoção de um turismo cultural e de contribuir para o apoio sustentado à população local (Rafael, 2010). O grande entusiasmo político-ideológico da época facilitou a emergência de um movimento de adesão colectiva que acreditou na possibilidade de inventar novos elos de ligação no interior da comunidade, criando novos sentidos de pertença, de auto-estima e de identidade renovada. O projecto tinha como principal recurso o património – arqueológico, arquitectónico, antropológico e paisagístico – e a correlativa constituição de um Museu Municipal polinucleado através de diversas unidades museológicas *in situ*, distribuídas sobretudo pelo casco histórico da Vila e algumas povoações limítrofes. Implicando a recuperação do Centro Histórico bem assim como de vários outros edifícios, o Museu inclui actualmente dez núcleos que se foram constituindo desde 1980 até 2009: núcleo de Arte Sacra; Escola Oficina de Tecelagem; Casa Romana; Basílica Paleocristã; Ermida e Necrópole de S. Sebastião; Castelo; Alcáçova (bairro islâmico); núcleo de Arte Islâmica; Forja de Ferreiro; Casa do Mineiro na Mina de S. Domingues.

A Autarquia assumiu desde início o papel de liderança no projecto, mas para o suporte técnico e científico foram também essenciais duas associações privadas de interesse público que até 1987 são exclusivamente financiadas pelo poder local: a Associação de Defesa do Património de Mértola (ADPM) e o Campo Arqueológico de Mértola (CAM). A primeira foi constituída em 1980, definindo como seus objectivos preservar, valorizar e divulgar o património cultural e natural de Mértola e incluindo uma secção de arqueologia que integrava toda a actividade inerente à investigação arqueológica e histórica realizada no Município. A segunda constituiu-se em 1986 em resultado da autonomização daquela anterior secção arqueológica. Em conjunto, as duas instituições são responsáveis pelos trabalhos de levantamento e recolha do património de todo o Município, entre os quais se

destaca o estudo da arquitectura tradicional, a constituição de acervos de património religioso e etnográfico e as numerosas intervenções arqueológicas realizadas. Nas suas sedes, bem assim como em alguns dos núcleos museológicos, as associações constituíram e apetrecharam os respectivos laboratórios de conservação e restauro, levando igualmente a cabo várias acções de formação relativas a técnicas de limpeza, conservação e restauro sobre diversos materiais. Logo a partir da década de 80, são responsáveis pela produção de várias exposições cuja itinerância as desloca quer pelo Município e diversas cidades do país, quer pelo estrangeiro. O CAM tem significativa capacidade editorial onde figuram os catálogos dos núcleos museológicos, das exposições temporárias e itinerantes, monografias e teses diversas, bem assim como a publicação de uma revista anual – a *Arqueologia Medieval*. Em 2007, constituiu o Centro de Estudos Islâmicos e do Mediterrâneo que, enquanto estrutura de apoio à investigação científica, mantém relações de colaboração com várias Universidades e, entre outros serviços, dispõe de uma biblioteca especializada. O CAM detém ainda uma linha editorial comercial que inclui diversos produtos entre os quais uma colecção de postais temáticos sobre o património de Mértola e os acervos do Museu. A ADPM, para além dos estudos efectuados nomeadamente na área da história oral, foi também a principal promotora da criação, em 1995, do Parque Natural do Vale do Guadiana cujos objectivos são a preservação da natureza e a manutenção de relações articuladas com o território.

Tendo em mente a filosofia do Projecto e a sua identificação clara com a ideia de desenvolvimento local como processo de melhoria das condições de vida da comunidade em termos sociais, económicos e culturais, são vários os resultados positivos que podem ser apontados. De início o Projecto esteve directamente ligado ao meio universitário de Lisboa através de dois dos seus professores que começaram por ser os responsáveis pelas intervenções arqueológicas, realizadas nas férias de Verão e fins-de-semana com a ajuda dos seus estudantes. Rapidamente, contudo, essas escavações vão reunir forasteiros e locais e acabar por originar uma equipa permanente de investigação sediada em Mértola. No seguimento disso e da própria consolidação das associações já referidas, não só jovens investigadores se radicam em Mértola, como a juventude local se passa a sentir especialmente atraída pelas áreas da História e Arqueologia, a elas ligando o seu futuro profissional e pessoal. Os cursos de formação básica ministrados pela ADPM visando a formação dos membros da equipa em constituição tocam áreas como a arqueologia, a história oral, a conservação e restauro, a fotografia. Em 1989 é criada a Escola Profissional Bento de Jesus Caraça que, apesar de ter a sua sede na capital de Distrito, inicia a sua actividade sobretudo com alunos de Mértola, onde começa por ter uma delegação. Aí eram ministrados cursos profissionais na área da arqueologia, museologia, recuperação de património e turismo ambiental e rural.

Relativamente a habitantes de outros escalões etários, merecem referência os primeiros cursos de tecelagem ministrados em 1984/5 e a constituição da Escola Oficina que, em 1986, se transforma em Cooperativa Oficina de Tecelagem de Mértola. Este organismo mantém ligados em rede informal todos os artesãos que de qualquer modo se cruzam com o produto acabado da tecelagem tradicional. Ao mesmo tempo, assegura o emprego a duas tecedeiras e dispõe de um espaço de exposição e comercialização de diversas formas de artesanato e outros produtos locais como o mel. As oportunidades proporcionadas pelos fluxos de visitantes foram também aproveitadas através da criação de alguma oferta em termos de unidades de

restauração e alojamento no Município e na Vila.¹ Por outro lado, a recuperação do Centro Histórico foi, não apenas arquitectónica, mas também social, pelo que genericamente as condições de habitabilidade foram melhoradas. Em alguns casos mais pontuais, os proprietários de alguns edifícios com particular interesse patrimonial beneficiaram com o Projecto também através do seu arrendamento ao Museu, como aconteceu no caso da Forja de Ferreiro que foi recuperada e cedida nesses moldes pelo antigo ferreiro, em 1980. De um modo abrangente, nomeadamente para a população da Vila, é possível falar de um acréscimo generalizado de equipamentos culturais de que fazem parte o próprio Museu e seus núcleos, diversificados espaços de exposição, bibliotecas e, por exemplo, a Igreja desactivada que abriga o núcleo museológico da Arte Sacra e que, com alguma regularidade, serve de espaço para a concretização de concertos de música clássica.

Apesar dos impactos acabados de descrever, que devem necessariamente ser considerados como positivos, actualmente o Projecto é tido como exibindo alguma estagnação, originando diversas manifestações de desalento e descrença por parte da população. Para além da precária situação económica em que se encontra o país e que se faz sentir como quadro de fundo, o equacionamento da questão obriga a ir até 2001, altura em que o poder local muda de cor política e fica perturbada a estreita ligação que até aí tinha existido entre a Autarquia e as duas Associações locais. É possível que a estrutura logística destas se tenha tornado excessivamente pesada e, de certo modo, distanciada das problemáticas locais que inicialmente as motivaram. São reconhecidas no país em termos científicos pelo que vêem os seus projectos de investigação financiados por organismos estatais, mas isso pode ter como reverso uma excessiva especialização em termos de interesses de pesquisa. É isso que parece indicar o facto de, em 2002, aquando da vontade do novo poder local de integrar a Rede Portuguesa de Museus (RPM), o correspondente Relatório ao pedido de adesão identificar um conjunto significativo de problemas a precisar de ser resolvido: as reservas não apresentavam condições adequadas, os inventários sistemáticos e informatizados eram inexistentes, os laboratórios de conservação apresentavam diversas deficiências, não existiam serviços educativos a funcionar de forma estruturada e regular. A resolução desses problemas faz com que só em 2006 se concretize a adesão pretendida à rede. Sejam quais forem os motivos, nos últimos tempos parecia dominar uma certa atitude de desagrado e insatisfação por parte da população a propósito dos temas: arqueologia, património e núcleos museológicos. A isso não será estranho o facto da Vila e suas potencialidades turísticas não serem capazes de manter fluxos regulares de visitantes. Esta questão é central já que a existência de picos de afluência seguidos de grandes quebras tornam muito mais difícil a gestão da oferta, fazendo aumentar os encargos financeiros que se tornam inoportunos, até mesmo, para o Museu. Da parte da Autarquia, a novidade estratégica tendo em vista a superação do problema foi a aposta na integração de Mértola em projectos, eventos e iniciativas que ultrapassam a estrita dimensão local, conduzindo à internacionalização do próprio Projecto de desenvolvimento local.

¹ Segundo os dados da Divisão de Ordenamento do Território e Urbanismo do Município de Mértola, de 1978 a 2009, foram abertos 23 restaurantes no Município, 13 dos quais na Vila. Segundo a mesma fonte e para o mesmo período, no Município foram abertas 25 unidades de alojamento relativas a diversas tipologias, na maioria com um número limitado de quartos (Rafael, 2010).

Continuando a eleger a "cultura" como factor gerador de desenvolvimento, nos últimos anos, o Município de Mértola concretiza uma renovação do seu Projecto de desenvolvimento integrado. Essa renovação implicou a substituição da população local por diversas redes internacionais como os principais alvos junto dos quais procura divulgar as especificidades culturais e patrimoniais da região. Todos os estudos e acções de sensibilização patrimonial desenvolvidos ao longo dos anos tornaram a população local mais consciente da sua história e da sua identidade cultural particular. Mas aquelas acções passam a desencadear alguma irritação quando não conseguem traduzir-se numa efectiva promoção patrimonial e turística da região no exterior. De forma bastante perceptível, a nova estratégia da Autarquia surge orientada para a integração de Mértola nos circuitos turísticos, segundo uma lógica de festival (Fabiani, 2002) que aposta, quer na realização regular e periódica de eventos, quer no cuidado colocado na divulgação desses eventos junto dos *mass media* locais e nacionais.

Os esforços concretizados visando o reforço da imagem de Mértola como região de turismo cultural e o seu reconhecimento em termos nacionais e internacionais são de cariz muito diversificado. É possível referir decisões tão minuciosas como a da nova localização da Cooperativa de Tecelagem que, em 2007, passa para outro edifício, mais central e perto do Posto de Turismo da Vila, para assim potenciar o aumento dos seus visitantes; Ou tão pontuais como a colocação de um funcionário municipal na Igreja Matriz/Antiga Mesquita – quando a paróquia não tem meios para o fazer – para que seja possível a sua visita em horário idêntico ao dos núcleos museológicos. Mas são igualmente assinaláveis programas tão abrangentes como o conjunto de intervenções urbanísticas realizadas ao longo de vários anos no Centro Histórico e área envolvente do Rio, ou a conclusão do Circuito de Visitas da Alcáçova, inaugurada em 2009, que implicou a recuperação de grandes painéis de mosaicos e a construção de um passadiço por cima do qual é possível observar o conjunto das 30 casas do antigo bairro islâmico. Porém, a iniciativa mais emblemática é a realização do Festival Islâmico que se concretiza em anos alternados desde 2001, normalmente pelo mês de Maio e com quatro dias de duração. É um evento organizado pela autarquia mas que conta com a colaboração das representações de países como Marrocos, Tunísia ou Egipto, de organismos como a Comunidade Islâmica de Espanha e de diversas associações de produtores e comerciantes, locais e externas.²

O Festival Islâmico é um significativo e muito eficaz meio de promoção externa de Mértola, potenciando a sua integração nos circuitos de turismo cultural. A ambiência de cores e sons que envolve o evento remete para um tradicional mercado islâmico (*souk*) onde, portanto, se podem adquirir muitos produtos, mas onde também são inúmeras as actividades culturais promovidas: exposições, teatro, dança, concertos, mostras de gastronomia, conferências e colóquios, lançamento de livros, etc, etc. Quanto aos produtos comercializados – locais ou do exterior – o que os une é a sua produção ser feita segundo moldes "tradicionais" e/ou "ecológicos". Em relação aos artesãos/produtores locais é possível constatar uma renovação da sua oferta que deixa de estar confinada ao habitual artesanato do pastor e aos produtos

² A lógica de festival identificada traduz-se na realização de outros festivais distribuídos ao longo do ano: o Mertolarte realizado na Primavera e dedicado à divulgação das artes plásticas, bem como de artistas locais; o Festival de Peixe de Rio, realizado em Março e dedicado à divulgação das espécies piscícolas locais e sua confecção gastronómica; a Festa da Caça realizada em Outubro e proporcionando provas de caça. Em qualquer dos casos, estão sempre presentes actividades complementares de animação.

da tecelagem – cujo mercado está algo saturado – e se diversifica incluindo o queijo, o mel, o pão, os enchidos, as plantas aromáticas autóctones. Mas o Festival Islâmico é emblemático também pelo papel estratégico que desempenhou na integração do Município de Mértola em diversas redes internacionais. Ele é factor de renovação, por um lado, porque através dele é a própria identidade “mediterrânea” do Município que é reinventada e, em função disso, Mértola passa a participar em projectos internacionais como o Discover Islamic Art. Trata-se de um projecto que junta 14 países do Mediterrâneo, unidos na intenção de facilitar o acesso *online* a exposições, museus e monumentos dispersos pelo mundo mediterrâneo e/ou marcos da cultura islâmica. O objectivo é divulgar essa realidade cultural, acreditando que desse modo se podem incentivar visitas efectivas a essas estruturas culturais.

Por outro lado, o potencial renovador do Festival traduz-se igualmente na nova apetência do Município para estabelecer parcerias com várias entidades supranacionais. A integração de Mértola nos circuitos de turismo cultural passa pela sua internacionalização, quer através do estabelecimento de uma agenda de contactos e colaborações com comunidades situadas já do outro lado da fronteira (em Espanha) mas com as quais se enfatiza ligações culturais presentes e passadas, quer através da co-participação em muitos projectos, nomeadamente promovidos pela União Europeia e orientados para a protecção cultural e ambiental e para a promoção do diálogo intercultural. A título de exemplo desta última possibilidade, retenha-se que Mértola integra a Rede AVEC – Alliance des Villes Européens de Culture – organismo financiado pela UE que reúne várias cidade e vilas de dez países europeus e cujas actividades visam assegurar a preservação do património e a qualidade ambiental, certificando isso mesmo em relação aos seus membros aderentes.

Relativamente ao segundo Município aqui em análise, Óbidos, a situação é distinta sob muitos aspectos. Contudo, verifica-se uma grande semelhança em termos do recurso à mesma lógica de festival, por parte da Autarquia que aposta na internacionalização como meio de promoção turística. O Município de Óbidos situa-se na zona centro litoral do país, muito perto do mar, tem uma área de 142 Km² e uma população de pouco mais de 10 mil habitantes. A Vila de Óbidos é o centro administrativo do Município, com uma população de 3100 habitantes, 250 dos quais residem no interior da cidadela medieval fortificada que, juntamente com o Castelo, são a imagem de marca da Vila e razão de ser do seu próprio nome. A Vila de Óbidos, e nomeadamente o seu Centro Histórico situado na cidadela fortificada, detém um conjunto de imóveis patrimoniais e um conjunto de infra-estruturas culturais com algum relevo. É possível referir o Castelo que desde 1911 está classificado como Monumento Nacional, a cidadela que detém a mesma classificação desde 1951 e abriga no seu interior outros sete monumentos classificados, bem assim como diversos outros elementos com interesse patrimonial variado: um aqueduto com partes conservadas dentro e fora das muralhas, um pelourinho, múltiplas igrejas, diversas casas nobres e burguesas e também de arquitectura popular vernácula. O conjunto de referências árabes, medievais, renascentistas e barrocas existentes reflecte a importância militar, religiosa e administrativa que o Município foi desempenhando ao longo dos tempos. A consistência do Centro Histórico enquanto unidade espacial e social e a preocupação actual com a sua valorização justificam a candidatura de Óbidos a Património da Humanidade,

em preparação pela Autarquia. Nessa candidatura será enfatizado, nomeadamente, o facto de se tratar de um Centro Histórico fortificado com população efectivamente residente.

Por outro lado, a Vila de Óbidos possui um Museu Municipal aberto em 1970 com o apoio técnico e financeiro da Fundação Calouste Gulbenkian. Esse equipamento cultural foi profundamente remodelado – e deslocado para outro edifício, mas igualmente situado no interior da fortaleza – em 2005, apresentando actualmente uma exposição permanente onde merece destaque a colecção de pinturas dos séculos XVI e XVII. O seu acervo abriga diversos exemplares da chamada Escola de Pintura de Óbidos – centro artístico com relevância no século XVII – entre os quais figuram obras de Josefa de Ayala (mais conhecida como Josefa de Óbidos). Este Museu Municipal integra a Rota dos Museus do Oeste (de Portugal) e é a sede da Rede de Museus e Galerias Óbidos (RMGO).³ Enquanto os Museus têm programas e calendarizações de actividades mais definidas em função dos respectivos acervos e temáticas, que ainda são diversificadas, as Galerias – abertas ou reabertas sobretudo a partir do início do século XXI – são espaços, no essencial, de exposição e divulgação de arte contemporânea, apresentando programações com grande regularidade e efectiva renovação periódica. Quanto a equipamentos culturais detidos pela Autarquia devem ainda ser referidos a Biblioteca e o Arquivo, bem assim como a Casa da Música que abrange a componente formativa e cujo Auditório se apresenta como uma casa de espectáculos confortável e bem apetrechada a nível técnico.

O Município possui uma Associação de Defesa do Património do Concelho de Óbidos (ADPCO) fundada em 1985 através de um processo dinamizado pela própria Autarquia que iniciou o contacto com algumas personalidades locais visando a sua sensibilização em relação às questões patrimoniais. Desde a sua constituição, a Associação beneficia de uma parceria estabelecida com a Autarquia em função do que esta lhe assegura, entre outras coisas, as respectivas instalações físicas localizadas no interior da cidadela. Definindo como seus objectivos principais a salvaguarda e promoção do património cultural e natural e a criação de meios para a educação patrimonial, a Associação cumpre um programa de actividades onde figuram, nomeadamente, a realização de conferências e palestras subordinadas à sua área de interesse e a promoção de visitas temáticas no interior do Município que dão pelo nome de “Descobrir Óbidos”. A Associação também tem uma linha editorial de publicações de bolso que usa para assegurar a publicação de materiais diversos.

O conjunto de elementos descritos permitiu fornecer uma imagem – impressionante, mas ainda assim, consistente –, quer sobre alguns dos traços históricos e patrimoniais mais salientes de Óbidos, quer sobre a acção da respectiva Autarquia em prol da sua protecção, valorização e dinamização. A contextualização realizada faz surgir como ajustado o rótulo de proactiva para caracterizar a atitude da Autarquia relativamente às suas iniciativas de índole patrimonial e cultural. Contudo, a principal aposta da Autarquia para a

³ Desta RMGO fazem parte o Museu Municipal, o Museu Paroquial de São João Baptista, o Museu Abílio de Mattos e Silva, a Casa do Arco, a Galeria NovaOgiva, a Galeria do Pelourinho e o Centro de Design de Interiores que se constituem como espaços expositivos tutelados ou apoiados pela Autarquia, a qual detém ainda a antiga Igreja de S. Tiago, hoje um espaço dessacralizado e utilizado apenas para iniciativas culturais.

promoção turística de Óbidos é a realização de um conjunto de eventos, todos montados segundo uma lógica de festival, i.e., com regularidade anual e duração de alguns dias ou semanas, concretizados em espaços públicos, muitos deles ao ar livre, e abrangendo um programa diversificado de actividades e formas de animação. Para o efeito, a cidadela e muitos dos seus recintos, praças e ruas apresentam-se como palcos e cenários ao vivo, onde uma população que mistura locais e forasteiros se apinha.⁴ A utilização sistemática deste espaço urbano de forma tão cenográfica não pode deixar de ter efeitos no processo de construção identitária das populações locais. E isso é tanto mais verdade quanto a projecção regional, nacional e internacional de Óbidos e da cidadela através dos seus festivais é um facto indelével. Ao mesmo tempo, os festivais constituem-se como ocasiões reais de reutilização do património local, quer do património construído, quer também de um conjunto de facetas e expressões culturais que são reactivadas, reformuladas e reinventadas em função do guião temático fornecido por cada festival particular. Como, no interior de cada programa concreto de animação, a própria lógica de festival pressupõe o recurso cuidadoso às redes globais de intercomunicação e a interpenetração de manifestações culturais locais e globais, as apropriações e reconfigurações identitárias levadas a cabo resultam necessariamente de uma/e numa mistura de influências locais e globais.

A clarificação desse processo pode ser feita através da consideração do Festival Internacional de Chocolate de Óbidos, o seu mais antigo e conhecido festival. A primeira edição aconteceu em 2003, seguindo-se a regularidade anual repetida em todos os festivais de Óbidos. Normalmente, ocupa parte dos meses de Março e Abril, estendendo-se em 2011 por três semanas com actividades e animação a decorrerem de quinta-feira a domingo.⁵ O recinto específico do Festival é a Cerca do Castelo, um grande terreiro perto do castelo, onde são montadas várias tendas e decorações sugestivas e onde existe um Auditório ao ar livre. Também nesse espaço, realizam-se diversos Jogos Tradicionais, se bem que outras formas de animação como, por exemplo, as performances de Homens Estátuas ocorram por todo o espaço da cidadela. Na Cerca do Castelo, uma enorme tenda abriga a exposição das Esculturas de Chocolate, construções de grandes dimensões produzidas por profissionais da doçaria e chocolateria nacionais que se devem subordinar ao tema definido para cada ano. Em 2010: as Maravilhas do Mundo; em 2011: o Património Histórico de Óbidos. Noutra grande tenda é montada uma cozinha onde decorrem as etapas finais de quatro concursos cujos concorrentes sofreram um processo de selecção prévia e cujos finalistas executam as suas receitas perante o público nos dias do Festival, mantendo-as em exibição durante o mesmo período. O Concurso Internacional de Receitas de Chocolate é dirigido a não-profissionais

⁴ Importa reconhecer que para este e para o Município de Mértola, de momento, me faltam contactos sistemáticos e prolongados com as populações locais, pelos quais será possível averiguar da sua avaliação quanto aos efeitos dos respectivos Festivais. Essa será uma das próximas tarefas a que a investigação deverá atender.

⁵ A adopção desta modalidade de programação concentrada em quatro dias foi uma novidade introduzida em 2011 com o intuito de rentabilizar o investimento, já que a afluência tende a ser reduzida nos outros dias da semana.

provenientes de qualquer país. O Concurso Chocolatier Português do Ano, como o nome indica, é dirigido aos profissionais da doçaria e restauração a trabalharem em Portugal que se distribuem por diferentes categorias devidamente estipuladas no respectivo regulamento. O Concurso de Montras em Chocolate é dirigido aos estabelecimentos nacionais de pastelaria que, exibindo a sua confecção, devem decorar uma montra com produtos em chocolate. Finalmente, o Concurso Ourives de Chocolate – novidade introduzida em 2010 – avalia o trabalho minucioso exigido para a confecção de colar, pulseira e anel em chocolate e outros materiais complementares como açúcar. Em termos de actividades culinárias para o público em geral, sem inscrição nem selecção prévias e apenas condicionadas pela afluência de participantes interessados, são disponibilizados Cursos de Chocolateria com a duração de uma hora e variações em função de três níveis de conhecimentos ministrados. Para os visitantes infantis, a Casa do Chocolate, localizada noutra zona da Cerca do Castelo, proporciona diversas actividades formativas permitindo tarefas como a decoração de bolachas.

O acesso ao recinto da Cerca do Castelo, aos Cursos e à Casa de Chocolate implicam o pagamento dos respectivos bilhetes de entrada, cujos montantes revertem a favor da *Óbidos Patrimonium*, a empresa municipal que gere este e outros eventos. Isentos de tais pagamentos ficam, contudo, todos os portadores do bilhete "Via Verde para a Cultura", um bilhete que dá acesso a toda a programação cultural do Município, bem assim como, fora dos fins-de-semana, todos os residentes no Município. Entretanto, por toda a cidadela multiplicam-se os espaços mais e menos formais, onde a imensa afluência de visitantes encontra os meios para satisfazer os seus apetites por chocolate, mas não só, a troco, claro, do respectivo pagamento.

O Festival inclui ainda uma programação composta por alguns espectáculos e iniciativas de animação cuja acesso não implica mais nenhum pagamento, mas onde, pelo contrário, os visitantes podem ser contemplados com algumas ofertas – de chocolate ou seus derivados, sobretudo – fornecidas pelas marcas constituídas como patrocinadores do evento. Em 2010 e 2011, o principal patrocinador do Festival de Chocolate de Óbidos foi a MarcaValrhôna, uma importante empresa francesa, fundada em 1922 e actualmente um dos líderes mundiais na produção de chocolate. Em 2010, a Eslováquia foi o país convidado do evento em virtude da sua reconhecida tradição na produção artesanal de chocolate e fez-se representar por empresas da área. Nesse mesmo ano, era também possível experimentar os serviços de massagens com chocolate promovidas por uma clínica sediada num Município vizinho. Outra das novidades de 2010, repetida em 2011 pela adesão que causou, foi a iniciativa do Espaço Gourmet, dedicado à exibição de exercícios de gastronomia criativa. Ao ritmo de um por dia, doze *Chefs* fizeram demonstrações de pratos de carne e peixe acrescentados com a inclusão de chocolate. Neste caso, o patrocínio foi da Revista Teleculinária. Ainda que sem impacto idêntico, a Escola de Hotelaria de Óbidos e os seus estudantes ficam também encarregues de algumas demonstrações dos seus saberes e de alguma animação de rua com distribuição do produto do seu trabalho. Outra das iniciativas mais chamativas é a Passagem de Modelos de Chocolate que tem a sua edição anual normalmente na noite do último sábado do Festival. Em 2011, o desafio foi colocado à Story Tailors Atelier, designers de moda com loja aberta na Baixa de Lisboa. Neste caso, o espectáculo, não se realiza no recinto da Cerca do Castelo, mas numa Praça central da cidadela. Nessa mesma noite, é ainda feita a entrega dos Prémios dos Concursos realizados e, pela meia-noite, no Auditório da Cerca do Castelo

tem início a última Choco Nihgt Fest do ano, uma festa com animação musical, ao livre, que dura até muito tarde.

O Festival Internacional de Chocolate de Óbidos tem efeitos na promoção turística do Município que são bem patentes através da cobertura mediática que lhe é dispensada pelas televisões. É um caso bastante flagrante de um modo de criar oferta e apetência turística através, sobretudo, da animação de um território com especiais possibilidades cenográficas. No caso de Óbidos e deste Festival em concreto, surge bastante claro que uma animação cuidadosamente pensada e a empatia que ela é capaz de criar para com o lugar pode ter efeitos tão significativos como os resultantes de estratégias mais assentes no património histórico e cultural. Por outro lado, ao mesmo tempo que é constatável que o mesmo esquema surge repetido noutras épocas do ano através de outros festivais estruturalmente idênticos, verifica-se também que a “fórmula festival”, noutros momentos, sofre enriquecimentos através de um maior recurso a componentes patrimoniais com significado identitário e/ou pelo acrescento de uma programação cultural. Ilustrando o primeiro caso, temos o Óbidos Vila Natal, realizado durante o mês de Dezembro, cuja programação sofre apenas os reajustes inerentes à nova temática.⁶ O Óbidos Mercado Medieval, realizado em Julho durante três semanas, apresenta já uma estrutura mais complexa assente na utilização total do espaço cénico da cidadela e na recriação efectivamente encenada de vários quadros e situações criadores de uma ambiência medieval. Entre os “actores” da encenação produzida estão os artesãos e produtores, locais e forasteiros, a quem foi concessionado o respectivo posto de venda que deve ser decorado cumprindo a regra absoluta de não exibir qualquer objecto em plástico, nem produtos como o amendoim que não eram conhecidos na Europa daquele tempo. Tudo isso está especificado em regulamento próprio que proíbe também o uso de objectos pessoais como o telemóvel, o relógio de pulso ou os óculos escuros e obriga ao uso de traje não-moderno. Outros “actores” podem ser os próprios visitantes a quem é possível alugar “trajes medievais” e que ficam dispensados do bilhete de ingresso se “trajarem à época”. Na medida em que dentro das muralhas fica proibida toda e qualquer circulação automóvel, pode-se dizer que, pelo menos, toda a população da cidadela participa na animação do evento. Outro elemento de complexificação deste Festival é o acrescento de um programa de espectáculos que inclui representações teatrais e de dança e a actuação de grupos musicais, cujas origens são tanto locais, como nacionais e internacionais.

Cada vez mais afastados da “fórmula” do Festival de Chocolate e apenas continuando a reproduzir esse modelo pela manutenção de uma experiência espacial estruturada cenograficamente, estão o Festival Junho das Artes e o Festival de Ópera. No primeiro caso, trata-se de um evento promotor de arte contemporânea que assegura a exposição, a divulgação através do Catálogo correspondente e a possível venda de obras de arte, de artistas mais e menos reconhecidos. Em 2011, as obras cobriram as áreas da escultura, instalação, instalação sonora, design, fotografia, pintura mural e arquitectura, num total de 18 trabalhos. Com a primeira edição em 2008, para cada ano é definido um tema (2010: Entre Muros; 2011: Fronteira) e constituído um júri que procede à selecção dos trabalhos apresentados. As obras seleccionadas, que podem ter dimensões e outras características

⁶ A falta de espaço não me permite fornecer aqui mais pormenores.

menos convencionais, vêm a sua exibição assegurada quer nas Galerias disponíveis na cidadela, quer em várias das suas Praças, Ruas e Jardins. O Festival de Ópera, realiza-se durante o mês de Agosto com um programa normalmente constituído por duas Óperas e alguns espectáculos de Canto Lírico e Concertos de Orquestra, recorrendo para o efeito a companhias diversificadas. O efeito de espectáculo total associado à ópera é em Óbidos também potenciado pela sua representação em Auditórios ao ar livre, na Cerca do Castelo ou nas margens da Lagoa de Óbidos, situada a poucos quilómetros da cidadela.

Perante o panorama descrito e mesmo sem atender a outras iniciativas como a Temporada de Cravo ou a Celebração da Semana Santa (que também integram a programação cultural de Óbidos), não devem restar dúvidas quanto ao potencial da "fórmula festival" como efectivo meio de promoção de uma animação continuada no tempo e periodicamente renovada.

Conclusão

As interpretações formuladas ao longo deste artigo encontram sustentação num trabalho exploratório ainda incipiente que deve necessariamente ser aprofundado. Apesar dessa limitação, uma primeira tendência vai surgindo clara: está em construção um novo paradigma de desenvolvimento local em que o recurso a tempos e espaços significantes para a comunidade é factor importante de reforço identitário. Em simultâneo, contudo, no contexto da pós-modernidade em que vivemos, esse reforço identitário não implica nem passa pelo fechamento do local segundo uma visão regionalista de feição arcaica. Antes pelo contrário, uma das estratégias recorrentes parece ser a organização de festivais. Nestes, a identidade é reinventada, não apenas pela actualização de capital simbólico local, mas também graças à promoção da imagem da comunidade ou região no exterior e, em resultado disso, pela participação do local nos fluxos culturais e comunicacionais globalizados. É entre o local e o global e o tradicional e o cosmopolita que as novas pertenças se forjam. Dentro da "fórmula festival", a recorrência confirmada dos espaços públicos, nomeadamente ao ar livre, como lugar de concretização de continuados contactos sociais das pessoas deve necessariamente merecer a nossa atenção.

REFERÊNCIAS:

- Fabiani, Jean-Louis (2002). *Avignon, le Public Reinventé: Le Festival sous le regard des Sciences Sociales*. Paris : Ministère de la Culture et de la Communication.
- Inda, J.& Rosaldo, R. (2002). "Introduction: a world in motion". In J. Inda e R. Rosaldo (eds.), *The Anthropology of Globalization: a Reader*. Malden-Oxford: Blackwell, 1-36.
- Neto, M^a João (1996). *A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929-1999)*. Lisboa: FL/UL. Dissertação de Doutoramento.
- Rafael, Lúcia (2010). *Os Trinta Anos do Projecto Mértola Vila Museu. Balanço e Perspectivas*. Évora: Universidade de Évora. Dissertação de Mestrado.